

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	14
1 Contexto operacional.....	14
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	14
3 Gerenciamento de riscos.....	23
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado).....	25
6 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	25
7 Imobilizado (Consolidado).....	26
8 Investimentos (Controladora).....	27
9 Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	28
10 Patrimônio líquido.....	32
11 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	33
12 Custos operacionais (Consolidado).....	33
13 Despesas gerais ou administrativas.....	33
14 Resultado financeiro.....	34
15 Partes relacionadas.....	35
16 Instrumentos financeiros.....	36
17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	38
18 Contingências.....	39



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300

SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota

60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone +55 (85) 3457-9500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da

RDVE Subholding S.A.

Maracanaú (CE)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RDVE Subholding S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RDVE Subholding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 2.12 e 11 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As Controladas detêm autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de longo prazo. A receita das Controladas advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento dos processos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios das Controladas e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Realizamos uma inspeção documental detalhada do volume de energia gerada em dezembro de 2025, analisando as documentações de suporte para verificar se a receita foi reconhecida corretamente no momento da transferência do controle da energia fornecida. Além disso, comparamos os relatórios de receitas geradas fornecidas pelas Controladas e pelo órgão regulador, confrontando o montante total com os valores registrados.– Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras em relação ao reconhecimento da receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	143.486	83.509	4.350	7.851
Aplicações financeiras vinculadas	5	26.000	20.118	—	—
Contas a receber de clientes	6	25.304	23.954	—	—
Dividendos a receber	15	—	—	5.479	3.117
Partes relacionadas - outros créditos	15	383	2.930	—	—
Outros créditos		4.783	5.330	663	346
Total do Ativo Circulante		199.956	135.841	10.492	11.314
Aplicações financeiras vinculadas	5	75.587	96.079	—	—
Outros créditos		2.212	—	—	—
Realizável à longo prazo		77.799	96.079	—	—
Investimento	8	—	—	760.668	780.414
Imobilizado	7	1.200.873	1.256.202	—	—
Intangível		927	961	—	—
		1.201.800	1.257.163	760.668	780.414
Total do Ativo Não Circulante		1.279.599	1.353.242	760.668	780.414
Total do Ativo		1.479.555	1.489.083	771.160	791.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.
Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		5.492	3.001	—	—
Dividendos a pagar	15	3.817	9.178	3.817	9.178
Empréstimos e financiamentos	9	5.346	12.442	—	—
Debêntures	9	42.929	50.094	42.929	50.094
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	33	150	—	—
Obrigações fiscais		4.304	4.136	2	3
Imposto de renda e contribuição social	17	2.499	2.620	—	—
Obrigações trabalhistas		265	226	—	—
Outras contas a pagar		2.848	3.541	—	—
Total do Passivo Circulante		67.533	85.388	46.748	59.275
Empréstimos e financiamentos	9	672.003	658.514	—	—
Debêntures	9	402.555	422.852	402.555	422.852
Provisão para desmobilização		13.270	12.728	—	—
Outras contas a pagar		2.337	—	—	—
Total do Passivo Não circulante		1.090.165	1.094.094	402.555	422.852
Total do Passivo		1.157.698	1.179.482	449.303	482.127
Patrimônio líquido	10				
Capital social		235.287	235.287	235.287	235.287
Reserva legal		5.666	4.862	5.666	4.862
Reserva de lucros a distribuir		80.904	69.452	80.904	69.452
Total do Patrimônio Líquido		321.857	309.601	321.857	309.601
Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.479.555	1.489.083	771.160	791.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	11	250.665	258.642	—	—
Custos operacionais	12	(129.611)	(105.498)	—	—
Lucro bruto		121.054	153.144	—	—
Despesas gerais ou administrativas	13	(4.091)	(3.882)	(100)	(208)
Outras despesas (receitas) operacionais		(144)	2.951	—	—
Despesas operacionais		(4.235)	(931)	(100)	(208)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		116.819	152.213	(100)	(208)
Receitas financeiras	14	29.841	15.768	721	342
Despesas financeiras	14	(112.806)	(115.910)	(59.665)	(62.057)
Resultado financeiro		(82.965)	(100.142)	(58.944)	(61.715)
Resultado de equivalência patrimonial	8	—	—	75.117	100.568
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		33.854	52.071	16.073	38.645
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(17.781)	(13.426)	—	—
Lucro do exercício		16.073	38.645	16.073	38.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	16.073	38.645	16.073	38.645
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	16.073	38.645	16.073	38.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		235.287	2.930	40.908	—	279.125
Lucro do exercício		—	—	—	38.645	38.645
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	1.932	—	(1.932)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(9.178)	(9.178)
Disponibilização de dividendos	10	—	—	1.009	—	1.009
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	27.535	(27.535)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		235.287	4.862	69.452	—	309.601
Lucro do exercício		—	—	—	16.073	16.073
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	804	—	(804)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(3.817)	(3.817)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	11.452	(11.452)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		235.287	5.666	80.904	—	321.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		16.073	38.645	16.073	38.645
Ajustes para:					
Depreciação	7	58.590	53.746	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(75.117)	(100.568)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	51.667	52.145	—	—
Juros sobre debêntures	9	56.317	61.283	56.317	61.283
Rendimento de aplicações	5	(13.115)	(9.116)	—	—
Resultado da baixa de imobilizado	7	948	2.107	—	—
Apropriação do custo de captação	9	4.222	762	3.339	762
Imposto de renda e contribuição social	17	17.781	13.426	—	—
Outros		3.845	3.863	—	—
		196.328	216.861	612	122
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(1.350)	54	—	—
Outros créditos		(7.801)	(10.307)	(319)	(70)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		2.430	(6.948)	—	—
Fornecedores		2.491	(2.275)	—	—
Obrigações trabalhistas		39	68	—	—
Obrigações fiscais		168	1.808	—	3
Outras contas a pagar		1.644	3.241	—	—
Caixa gerado pelas atividades operacionais		193.949	202.502	293	55
Ressarcimento de seguros		—	3.937	—	—
Impostos pagos sobre o lucro	17	(13.091)	(5.895)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		180.858	200.544	293	55

RDVE Subholding S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(85.801)	(144.800)	–	–
Resgates de aplicações financeiras	5	111.582	61.384	–	–
Dividendos recebidos	8	–	–	92.502	88.273
Aquisição de imobilizado	7	(4.209)	(9.847)	–	–
Aquisição de intangível		–	(27)	–	–
		21.572	(93.290)	92.502	88.273
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	10	(9.178)	(12.626)	(9.178)	(12.626)
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	9	(14.293)	–	–	–
Pagamentos de principal - debêntures	9	(47.431)	(42.203)	(47.431)	(42.203)
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	9	(22.732)	–	–	–
Pagamentos de juros - debêntures	9	(35.063)	(19.181)	(35.063)	(19.181)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(9.132)	(9.962)	–	–
Custo de captação - debêntures	9	(4.624)	(7.279)	(4.624)	(7.279)
		(142.453)	(91.251)	(96.296)	(81.289)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento					
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		59.977	16.003	(3.501)	7.039
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	83.509	67.506	7.851	812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	143.486	83.509	4.350	7.851
		59.977	16.003	(3.501)	7.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A RDVE Subholding S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 21 de junho de 2021, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuam em empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora apresentava CCL negativo de R\$36.256 (R\$47.961 em 31 de dezembro de 2024), parte significativa desse valor é referente a escritura de debêntures, que serão amortizadas no curto prazo. O pagamento da dívida poderá ser realizado mediante o resgate do saldo de aplicação vinculada para pagamento de debêntures (Nota 5), no balanço consolidado, e no fluxo de caixa operacional das controladas. Ambas as alternativas serão efetivadas mediante a distribuição de dividendos obrigatórios e adicionais, oriundos da operação das controladas, para a controladora.

1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Rio do Vento Expansão (“RVE”)

O projeto contempla a implantação de oito parques eólicos, composto por 120 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2 e 4.3, totalizando 534MW de capacidade instalada e está localizado no estado do Rio Grande do Norte. A construção foi iniciada em novembro de 2021, com início do comissionamento dos aerogeradores em 28 dezembro de 2022 e operação plena em 20 setembro de 2023. A Companhia controla quatro dos oito parques, somando 268,6MW. As empresas controladas e a própria Companhia contam com financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e mercado de capitais (escritura de debêntures).

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 03	67,5	Lajes e Caiçara do Rio do Vento (RN)	18 de dezembro de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 01	67,5	São Tomé (RN)	18 de dezembro de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 05	67,5	Caiçara do Rio do Vento (RN)	18 de dezembro de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 13	66,1	Lajes (RN)	18 de dezembro de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. As controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais das controladas são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre financiamentos de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, modificou-se a classificação dos respectivos juros para atividades de financiamento. Neste contexto, adotou-se esta mudança com o propósito de representar de forma fidedigna a transação no contexto destas demonstrações financeiras conforme sua natureza, uma vez que tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Como efeito, a Companhia efetuou a reclassificação do montante de R\$19.181 referente a juros pagos divulgados em 31 de dezembro de 2024, da seção de atividades operacionais para atividades de financiamentos nas demonstrações comparativas individuais e consolidadas dos fluxos de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			Controladora		
	Saldo original	Ajustes	Saldo atual	Saldo original	Ajustes	Saldo atual
Pagamentos de juros - debêntures	(19.181)	19.181	–	(19.181)	19.181	–
Outros	200.544	–	200.544	55	–	55
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	181.363	19.181	200.544	(19.126)	19.181	55
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento	(93.290)	–	(93.290)	88.273	–	88.273
Pagamentos de juros - debêntures	–	(19.181)	(19.181)	–	(19.181)	(19.181)
Outros	(72.070)	–	(72.070)	(62.108)	–	(62.108)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(72.070)	(19.181)	(91.251)	(62.108)	(19.181)	(81.289)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	16.003	–	16.003	7.039	–	7.039

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:
- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro consiste na dívida contratada e apresentada na Nota 9.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia e suas controladas possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	129.672	Baixa do CDI	125.189	120.961
Efeito no resultado	16.439		11.956	7.728
Aplicações financeiras vinculadas	101.587	Baixa do CDI	98.001	94.628
Efeito no resultado	13.115		9.529	6.156
Empréstimos e financiamentos	(709.783)	Alta do IPCA	(723.629)	(737.470)
Efeito no resultado	(51.667)		(65.513)	(79.354)
Debêntures	(485.884)	Alta do IPCA	(501.575)	(517.318)
Efeito no resultado	(56.317)		(72.008)	(87.751)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2	–	–	–
Bancos conta movimento	13.812	3.545	8	7
Fundo de investimentos - restritos (a)	129.672	79.964	4.342	7.844
Total	143.486	83.509	4.350	7.851

(a) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a. (11,25% acumulado em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas – Fundo de liquidez BNB (a)	25.250	27.226
Aplicações vinculadas – Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures (b)	45.099	64.174
Aplicações vinculadas – Conta de Pagamento das Debêntures (b)	18.106	20.118
Aplicações vinculadas – Conta de Pagamento BNB (a)	7.895	–
Aplicações vinculadas – Conta Reserva de O&M (b)	5.237	4.679
Total	101.587	116.197
Ativo circulante	26.000	20.118
Ativo não circulante	75.587	96.079

- (a) As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em contas de fundo de liquidez constituídos por meio dos Contratos de Financiamentos com o mesmo banco firmados em 29 de outubro de 2021 pelas controladas. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento e são uma garantia do empréstimo, podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas aos respectivos contratos de financiamentos em caso de inadimplência. Os valores são aplicados em fundos de investimentos em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em Escritura de Debêntures, firmado em 15 de abril de 2022 pela Companhia, suas controladas devem constituir reservas financeiras, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, (ii) Conta Reserva de O&M – garantia compartilhada com os bancos fiadores que prestam fiança ao BNB, e (iii) Conta de Pagamento das Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço, pois o saldo constituído será utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A. e serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo dados em garantia e podendo ser utilizados pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024)

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	116.197	24.724
Rendimento de aplicações	13.115	9.116
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(1.944)	(1.059)
Aplicações financeiras	85.801	144.800
Resgates de aplicações financeiras	(111.582)	(61.384)
Saldos finais	101.587	116.197

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	22.673	18.903
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	2.631	5.051
Total	25.304	23.954

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	—	335	—	335	335
Torres anemométricas	10,00%	630	(219)	411	474
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	1.190.423	(121.470)	1.068.953	1.119.590
Edificações	3,33% a 4%	130.760	(11.246)	119.514	124.158
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	4	(4)	—	1
Veículos	20,00%	949	(503)	446	150
Instalações	10,00%	64	(2)	62	—
Provisão para desmobilização	2,86%	11.979	(827)	11.152	11.494
Total		1.335.144	(134.271)	1.200.873	1.256.202

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2025
Terrenos	335	—	—	—	335
Torres anemométricas	474	—	—	(63)	411
Máquinas e equipamentos	1.119.590	3.699	(948)	(53.389)	1.068.952
Edificações	124.158	—	—	(4.644)	119.514
Equipamentos de processamento de dados	1	—	—	(1)	—
Veículos	150	446	—	(149)	447
Instalações	—	64	—	(2)	62
Provisão para desmobilização	11.494	—	—	(342)	11.152
Total	1.256.202	4.209	(948)	(58.590)	1.200.873

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Terrenos	225	110	—	—	335
Torres anemométricas	514	21	—	(61)	474
Máquinas e equipamentos	1.162.816	5.397	(103)	(48.520)	1.119.590
Edificações	126.519	4.303	(1.960)	(4.704)	124.158
Equipamentos de processamento de dados	2	—	—	(1)	1
Veículos	295	16	(44)	(117)	150
Provisão para desmobilização	11.837	—	—	(343)	11.494
Total	1.302.208	9.847	(2.107)	(53.746)	1.256.202

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	202.736	210.226
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	190.490	192.335
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	189.831	193.353
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	177.611	184.500
Total	760.668	780.414

b. Movimentação do saldo

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Depreciação encargos de dívida (b)	Distribuição de lucros (a)	31/12/2025
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	210.226	23.068	(568)	(29.990)	202.736
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	192.335	21.650	(536)	(22.958)	190.490
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	193.353	19.176	(536)	(22.163)	189.831
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	184.500	13.383	(520)	(19.753)	177.611
Total	780.414	77.277	(2.160)	(94.864)	760.668

Controladas	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Depreciação encargos de dívida (b)	Distribuição de lucros (a)	31/12/2024
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	199.212	34.404	(568)	(22.822)	210.226
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	183.308	25.563	(536)	(16.000)	192.335
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	190.494	22.692	(536)	(19.297)	193.353
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	182.951	20.070	(521)	(18.000)	184.500
Total	755.965	102.729	(2.161)	(76.119)	780.414

- (a) Durante o exercício de 2025, as controladas efetuaram pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$92.502 (R\$88.273 em 31 de dezembro de 2024), com efeito caixa no exercício.
- (b) A Escritura de Debêntures divulgada na Nota 9, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para ativo imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena em 20 de setembro de 2023, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada como equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas. Outro impacto relevante é a reclassificação do saldo capitalizado durante todo o período da construção para o ativo imobilizado em serviço no balanço consolidado.

c. Saldos das controladas

Controladas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Resultado
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	100%	362.559	176.728	185.831	23.068
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	100%	351.915	177.367	174.549	21.650
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	100%	352.396	178.506	173.890	19.176
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	100%	343.677	181.556	162.121	13.383
Total		1.410.547	714.157	696.391	77.277

Controladas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Resultado
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	100%	366.084	173.329	192.753	34.404
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	100%	351.114	175.257	175.858	25.563
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	100%	353.000	176.124	176.876	22.692
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	100%	346.300	177.812	168.488	20.070
Total		1.416.498	702.522	713.975	102.729

- (a) A diferença entre o total do patrimônio líquido das controladas e o saldo do investimento da controladora em 31 de dezembro de 2025, condiz com os custos de empréstimos capitalizados nos investimentos, líquido da depreciação dos encargos da dívida, no montante de R\$64.277 (R\$66.439 em 31 de dezembro de 2024).

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de empréstimos, financiamentos e escrituras de debêntures, destinados a implantação dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam ativos os seguintes contratos de dívidas:

Empréstimos e financiamentos

Controladas	Banco	Celebração do contrato	Início do pagamento	Vencimento	Origem	Encargos	Indexador	Valor contratado
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	29/06/2025	15/11/2045	FNE	2,68%	IPCA	150.970
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	29/06/2025	15/11/2045	FNE	2,68%	IPCA	144.005
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	29/06/2025	15/11/2045	FNE	2,68%	IPCA	151.000
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	29/06/2025	15/11/2045	FNE	2,68%	IPCA	154.002
Total contratado – empréstimos e financiamentos								599.977

Escritura de Debêntures

Controladora	Credor	Celebração do contrato	Início do pagamento	Vencimento	Origem	Encargos	Indexador	Valor contratado
RDVE Subholding S.A.	Mercado	15/4/2022	15/10/2024	15/04/2038	Emissão à Mercado	7,04%	IPCA	430.000
Total contratado - escritura de debêntures								430.000

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	709.783	695.141
(-) Custos de captação	(32.434)	(24.185)
Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	677.349	670.956
Escritura de Debêntures	485.884	512.061
(-) Custos de captação	(40.400)	(39.115)
Debêntures (Controladora)	445.484	472.946
Total	1.122.833	1.143.902

b. Movimentação da conta

Descrição	BNB	Total Empréstimos	Escritura de Debêntures	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro de 2023	628.773	628.773	479.564	1.108.337
Juros incorridos	52.145	52.145	61.283	113.428
Pagamento de principal	—	—	(42.203)	(42.203)
Pagamento de juros	—	—	(19.181)	(19.181)
Custo de captação pago no exercício	(9.962)	(9.962)	(7.279)	(17.241)
Apropriação do custo de captação	—	—	762	762
Saldos em 31 de dezembro de 2024	670.956	670.956	472.946	1.143.902
Juros incorridos	51.667	51.667	56.317	107.984
Pagamento de principal	(14.293)	(14.293)	(47.431)	(61.724)
Pagamento de juros	(22.732)	(22.732)	(35.063)	(57.795)
Custo de captação pago no exercício	(9.132)	(9.132)	(4.624)	(13.756)
Apropriação do custo de captação	883	883	3.339	4.222
Saldos em 31 de dezembro de 2025	677.349	677.349	445.484	1.122.833
Circulante	5.346	5.346	42.929	48.275
Não Circulante	672.003	672.003	402.555	1.074.558

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Empréstimos e financiamentos

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	5.148	1%
2027	8.661	1%	8.314	1%
2028	9.667	1%	9.376	1%
2029	8.778	1%	8.466	1%
2030	9.392	1%	8.998	1%
2031	9.717	1%	9.370	1%
2032	11.274	2%	10.817	2%
2033	13.097	2%	12.693	2%
2034	12.991	2%	12.500	2%
2035	12.905	2%	12.410	2%
2036	15.470	2%	14.937	2%
2037	24.510	3%	23.689	3%
2038	46.962	7%	45.269	7%
2039	63.590	9%	61.337	9%
2040	73.920	11%	71.191	10%
2041	77.668	11%	74.809	11%
2042	82.513	12%	79.385	12%
2043	88.119	13%	84.848	13%
2044	89.422	13%	86.112	13%
2045	44.154	6%	42.342	6%
Total parcelas - longo prazo	702.810	100%	682.011	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(30.807)		(23.497)	
Saldo total - longo prazo	672.003		658.514	

Escritura de Debêntures

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	37.787	8%
2027	34.009	8%	32.584	7%
2028	37.152	8%	35.596	8%
2029	38.010	9%	36.418	8%
2030	37.152	8%	35.596	8%
2031	37.152	8%	35.596	8%
2032	37.152	8%	35.596	8%
2033	36.581	8%	35.049	8%
2034	39.153	9%	37.513	8%
2035	41.725	9%	39.978	9%
2036	44.011	11%	42.168	9%
2037	32.580	8%	31.215	7%
2038	24.864	6%	23.823	4%
Total parcelas - longo prazo	439.541	100%	458.919	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(36.986)		(36.067)	
Saldo total - longo prazo	402.555		422.852	

d. Garantias e covenants

Modalidade	Garantias
BNB (a)	<p>Garantias outorgadas ao BNB: fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida e conta reserva (fundo de liquidez).</p> <p>Garantias outorgadas aos fiadores: alienação fiduciária de ações da companhia e suas controladas, alienação fiduciária dos aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações das controladas da companhia.</p>
Debêntures (b)/(c)	<p>Alienação fiduciária de ações das controladas e da companhia;</p> <p>Alienação fiduciária dos aerogeradores das controladas da companhia;</p> <p>Cessão fiduciária de direitos creditórios de receitas e contratos e direitos emergentes das autorizações das controladas da companhia, e contas reserva (fundo de liquidez);</p> <p>Fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida, até a conclusão físico-financeira do projeto, ocorrido em julho de 2025.</p>

- (a) Os *covenants* dos contratos firmados são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB.
- (b) A Escritura de Debêntures contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD").
- (c) Em julho de 2025, a Companhia obteve a conclusão físico-financeira atestada, nos termos da escritura de debêntures. Este marco atesta a conclusão integral da etapa de implantação do empreendimento, conforme exigências estabelecidas, com a consequente exoneração das fianças bancárias que até então faziam parte do conjunto de garantias.

A Administração monitora todos os *covenants* financeiros e não financeiros previstos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas encontravam-se adimplentes com os *covenants* financeiros e não financeiros.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 235.287 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 235.287 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 235.286.755 ações, sendo 117.643.378 ações ordinárias e 117.643.377 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	78,50%	184.693	174.702.793	78,50%	184.693	174.702.793
Ares Eyner Participações S.A.	20,00%	47.057	25.212.834	20,00%	47.057	25.212.834
Rima Industrial S.A.	1,50%	3.537	35.371.128	1,50%	3.537	35.371.128
Total	100,00%	235.287	235.286.755	100,00%	235.287	235.286.755

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$3.817 (R\$9.178 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	16.073	38.645
(-) Reserva legal (5%)	(804)	(1.932)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	15.269	36.713
Dividendos obrigatórios	3.817	9.178

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$804 (R\$1.932 em 31 de dezembro de 2024), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$11.452 (R\$27.535 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$9.178 (R\$12.626 em 31 de dezembro de 2024).

Dispensa da distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2024, os acionistas da Companhia deliberaram sobre a dispensa de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R\$1.009, incorrendo no aumento da reserva de lucros a distribuir.

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	260.179	268.420
PIS e Cofins sobre vendas	(9.514)	(9.778)
Total	250.665	258.642

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(857)	(798)
Energia comprada (a)	(38.195)	(18.461)
Depreciação	(58.590)	(53.746)
Gastos operacionais	(3.815)	(3.564)
Seguros	(3.267)	(3.244)
Gastos com manutenção	(18.628)	(18.838)
Outros custos	(6.259)	(6.847)
Total	(129.611)	(105.498)

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ('curtailment'), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a controlada receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequada.

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(3.991)	(3.625)	(56)	(186)
Tributos e contribuições	(58)	(236)	(42)	(22)
Outras despesas gerais ou administrativas	(42)	(21)	(2)	—
Total	(4.091)	(3.882)	(100)	(208)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$3.735 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. pelas controladas (R\$3.249 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na nota 15(a).

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	29.797	15.345	688	322
Outras receitas financeiras	44	423	33	20
Total	29.841	15.768	721	342
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(51.667)	(52.145)	–	–
Juros sobre debêntures	(56.317)	(61.283)	(56.317)	(61.283)
Juros sobre provisão para desmobilização	(543)	(588)	–	–
Apropriação do custo de captação	(4.222)	(762)	(3.339)	(762)
Outras despesas financeiras	(57)	(1.132)	(9)	(12)
Total	(112.806)	(115.910)	(59.665)	(62.057)
Resultado financeiro	(82.965)	(100.142)	(58.944)	(61.715)

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	4.923	7.981	5.479	3.117
Contas a receber de clientes	2.631	5.051	—	—
Venda de energia (nota 6) (c)	2.631	5.051	—	—
Partes relacionadas - outros créditos	383	2.930	—	—
Transações de condomínios (b)	378	2.930	—	—
Contas a receber de partes relacionadas	5	—	—	—
Dividendos a receber	—	—	5.479	3.117
Dividendos a receber de controladas	—	—	5.479	3.117
Imobilizado	1.909	—	—	—
Adiantamento a fornecedores - condomínios (b)	1.909	—	—	—
Passivo	3.793	9.190	3.760	9.040
Partes relacionadas - outras contas a pagar	33	150	—	—
Transações de condomínio (b)	—	130	—	—
Fornecedores partes relacionadas	13	—	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	20	20	—	—
Dividendos a pagar	3.760	9.040	3.760	9.040
Dividendos a pagar a acionistas	3.760	9.040	3.760	9.040
Resultado	28.563	61.622	—	—
Receita líquida de vendas	32.863	66.979	—	—
Venda de energia (c)	32.863	66.979	—	—
Custos operacionais	(565)	(2.108)	—	—
Energia comprada (c)	(299)	(1.917)	—	—
Custos com manutenção de torres (a)	(266)	(191)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(3.735)	(3.249)	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(3.735)	(3.249)	—	—

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A.

(b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.

(c) As controladas possuem operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração é realizada por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Casa dos Ventos S.A., que posteriormente são rateados para suas controladas, incluindo a Companhia, e registradas como compartilhamento de despesas em despesas gerais ou administrativas. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser visualizadas nesta mesma nota explicativa, nas demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		143.486	143.486	83.509	83.509	4.350	4.350	7.851	7.851
Contas a receber de clientes		25.304	25.304	23.954	23.954	—	—	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	5.479	5.479	3.117	3.117
Partes relacionadas - outros créditos		383	383	2.930	2.930	—	—	—	—
Aplicações financeiras vinculadas		101.587	101.587	116.197	116.197	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(677.349)	(709.783)	(670.956)	(695.141)	—	—	—	—
Debêntures	Nível 2	(445.484)	(398.675)	(472.946)	(483.425)	(445.484)	(398.675)	(472.946)	(483.425)
Fornecedores		(5.492)	(5.492)	(3.001)	(3.001)	—	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(33)	(33)	(150)	(150)	—	—	—	—
Dividendos a pagar		(3.817)	(3.817)	(9.178)	(9.178)	(3.817)	(3.817)	(9.178)	(9.178)
Outras contas a pagar		(5.185)	(5.185)	(3.541)	(3.541)	—	—	—	—
Total		(866.600)	(852.225)	(933.182)	(967.846)	(439.472)	(392.663)	(471.156)	(481.635)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado: O valor justo é estimado considerando os preços cotados atuais ou recentes para o mesmo título negociado em mercado secundário.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(12.364)	(9.136)
Contribuição social corrente	(5.417)	(4.290)
Total	(17.781)	(13.426)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	260.179	268.420
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %	8 %
Lucro presumido	20.814	21.474
Outras receitas não operacionais	29.120	15.426
Alíquota vigente	25 %	25 %
Imposto de renda corrente	(12.364)	(9.136)
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %	12 %
Lucro presumido	31.221	32.210
Outras receitas não operacionais	29.120	15.426
Alíquota vigente	9 %	9 %
Contribuição social corrente	(5.417)	(4.290)
Alíquota efetiva	(52,5)%	(25,8)%

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.620	2.320
Imposto de renda e contribuição social no exercício	17.781	13.426
Impostos pagos sobre o lucro	(13.091)	(5.895)
Compensações no exercício	(4.811)	(7.231)
Saldos finais	2.499	2.620

18 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.